

São Gonçalo, de de .

## **PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR**

### **TERMO DE ADMISSÃO**

Solicito minha admissão como associado colaborador do Conselho Escolar da \_\_\_\_\_.

Declaro para os devidos fins que não possuo impedimento legal, de acordo com o artigo 8º do Estatuto vigente e que estou ciente que minha admissão está condicionada ao deferimento pelos membros do Conselho Escolar.

São Gonçalo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

## **TERMO DE APROVAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS SEM RESSALVA**

Processo nº 15.350/2018

Tendo em vista o que consta dos autos e o parecer favorável da Secretaria Municipal de Controle Interno, autorizo a publicação da prestação de contas aprovada sem ressalva conforme fls. 163, apresentada pela Creche OBRA SOCIAL DE APOIO A CRIANÇA, relativo ao mês de MARÇO de 2018, no valor de R\$ 55.760,40 (cinquenta e cinco mil setecentos e sessenta reais e quarenta centavos).

JOSE AUGUSTO ABREU NUNES  
Secretário Municipal de Educação

## **IPASG**

PORTARIA PRES/DPV Nº 193/2018, DE 04 DE JULHO DE 2018. RESOLVE: aposentar KATIA PEREIRA RODRIGUES, matrícula nº 11094, função Professor I, referência E19, a contar de 04 de julho de 2018, com proventos integrais, conforme artigo 3º, incisos I, II e III, parágrafo único da EC 47/2005, processo nº 1099/2017.

Republicado por incorreção da PMSG

## **SMSDSA**

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 002/FMAS/2018  
INSTITUTO BENEFICENTE PADRE CIPRIANO DOUMA

PROCESSO: 12.878/2016

ESPÉCIE: TERMO DE FOMENTO

PARTES: MUNICIPIO DE SÃO GONÇALO E O LAR SAMARITANO

DO OBJETO: Estabelecer condições e espaços destinados a 30 (trinta) vagas para abrigo de idosos com idade igual e/ou acima de 60 (sessenta) anos, sendo que dessas 30 (trinta) vagas, 10 (dez) vagas somente estarão disponíveis a partir de 1º de Outubro de 2018 em conformidade com o artigo 212 da Lei Orgânica Municipal e com o artigo 3º do Estatuto do Idoso, no âmbito da Proteção Social Especial.

VALOR MENSAL DO TERMO DE FOMENTO: o valor da per capita será de R\$1.500,00(hum mil e quinhentos reais) por atendimento, perfazendo um valor mensal de até R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

Valor Global do Contrato: R\$ 1.080.000 (um milhão e oitenta mil reais).

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS: de Trabalho nº 2345.08.244.2084.2.255 Natureza da Despesa: 3.3.50.43.00, Fontes: 00 e 27, do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.

PRAZO: 24 meses, a contar de 1º de abril de 2018 até 31 de março de 2020.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: O presente TERMO DE FOMENTO tem seu fundamento jurídico na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

São Gonçalo, 06 de abril de 2018.

MARTA MARIA FIGUEIREDO DOS SANTOS SOUZA

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

\*Este texto foi omitido do Diário Oficial de 20/04/2018

**JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO.**  
Objeto: Celebração de Termo de Fomento objetivando o repasse financeiro de recursos para manutenção de serviços assistenciais, notadamente abrigos para idosos em consonância com o disposto no artigo 212 da Lei Orgânica Municipal, bem como artigo 3º do Estatuto do Idoso, no âmbito de parcerias para o desenvolvimento de programas e ações de Proteção Social e Especial para atendimento dos idosos com mais de 60 (sessenta) anos, em especial a população de rua,

em situação de vulnerabilidade social, e a capacitação dos usuários visando inclusão social, valorização do ser humano, de sua família e da comunidade local com efetiva melhoria de qualidade de vida.

Instituição interessada:

LAR SAMARITANO

CONSIDERANDO que o artigo 203 da Constituição Federal de 1988, inciso I, determina que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.

CONSIDERANDO que a Constituição, no art. 204 impõe que as ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: a descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas das esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social; a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social determina em seu Capítulo III – Da Organização e da Gestão, no artigo Compete aos Municípios destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Municipais de Assistência Social; executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil; atender às ações assistenciais de caráter de emergência; prestar os serviços assistenciais de que trata o art. 23 desta lei co-financiar o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito local; realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito.

CONSIDERANDO que apesar dos esforços realizados pelo Município visando cumprir seu dever constitucional e legal com a assistência social, a demanda existente ainda não é totalmente atendida.

CONSIDERANDO o disposto no artigo 30, inciso VI da Lei 13.019 de julho de 2014, que exige, em regra, a realização de chamamento público, procedimento destinado a selecionar organizações da sociedade civil para firmar parcerias que envolvam a transferência de recursos financeiros (arts. 24 e 35,I), tendo, no entanto, ressalvado hipóteses em que o administrador público pode prescindir do procedimento de seleção, tais como atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde a assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da referida política (art. 30, inc. VI)

CONSIDERANDO que as instituições conveniadas listadas no preâmbulo atuam em parceria com a Municipalidade há muitos anos, estando, portanto, previamente credenciadas;

**DECLARO A DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO** para a celebração de Termo de Fomento com as organizações da sociedade civil, tendo por objeto o atendimento na Proteção Básica e Serviços de Convivência Familiar e Comunitária, mediante a transferência de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social –FMAS, tornando pública esta justificativa, que poderá ser impugnada, no prazo de 5 (dias) , a contar de sua publicação, nesta data, nos termos do artigo 32 da citada Lei Federal nº 13.019/2014.

São Gonçalo, 06 de abril de 2018.

MARTA MARIA FIGUEIREDO DOS SANTOS SOUZA.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Infancia e Adolescencia

Omitido do Diário Oficial do dia 20/04/2018

Este texto substitui o publicado no Diário Oficial do dia 03/08/2018

## **SEMDUR**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO**  
**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO**

Processo Administrativo nº. 16.396/2018

Pregão Eletrônico PMSG nº. 029/2018

**Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE CIMENTO CP-II 32 RS, AREIA LAVADA, BRITA Nº 01, BRITA Nº 00, PÓ DE PEDRA E BRITA CORRIDA PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA USINA, DCO'S E AÇÕES COMUNITÁRIAS (MUTIRÃO) NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO.**

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Homologo o resultado da licitação, referente ao Pregão Eletrônico PMSG nº. 028/2017, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE CIMENTO CP-II 32 RS, AREIA LAVADA, BRITA Nº 01, BRITA Nº 00, PÓ DE PEDRA E BRITA CORRIDA PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA USINA, DCO'S E AÇÕES COMUNITÁRIAS (MUTIRÃO) NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, em favor da empresa LIDERANÇA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME, sendo o item I no valor de R\$ 271.360,00 (Duzentos e setenta e um mil, trezentos e sessenta reais), o item II no valor de R\$ 329.280,00 (trezentos e vinte e nove mil, duzentos e oitenta reais), o item III no valor de R\$ 1.157.440,00 (um milhão, cento e cinquenta e sete mil, quatrocentos e quarenta reais), o item IV no valor de R\$ 579.480,00 (Quinhentos e setenta e nove mil, quatrocentos e oitenta reais), o item V no valor de R\$ 886.560,00 (oitocentos e oitenta e seis mil, quinhentos e sessenta reais) e o item VI no valor de R\$ 730.880,00 (setecentos e trinta mil e oitocentos e oitenta reais), para o período de 12 meses, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

São Gonçalo, 14 de agosto de 2018.

**FERNANDO JOSÉ DA FONSECA MOREIRA**

**Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano**

---